



POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL À FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA, RS¹

Caroline Chitolina², Lislei Teresinha Preuss³, Sílvia Cristina Segatti Colombo⁴, Lurdes Aparecida Grossmann⁵. UNIJUI

Este resumo é um recorte da revisão bibliográfica realizada na pesquisa intitulada Políticas de proteção social à família no município de Santa Rosa, RS. Na pesquisa busca-se identificar quais transformações estão sendo experimentadas pelas famílias e como estas afetam os sujeitos envolvidos, novas configurações e as respostas dadas pelas políticas de proteção social. Tem como objetivo geral realizar uma análise das “políticas de proteção social à família existentes no município de Santa Rosa, RS, visando identificar suas possibilidades e limites enquanto mecanismos de garantia de direitos e preservação da condição de cidadania”. Dentre os objetivos específicos, enfatiza-se a revisão bibliográfica a respeito da produção teórica existente sobre políticas de proteção social à família no Brasil. A metodologia inclui uma investigação quantitativa e qualitativa, respaldada nos pressupostos do método dialético crítico. Propõe-se uma pesquisa de amostragem, a partir de um questionário fechado. As condições históricas e as mudanças sociais exercem influência na forma como a família irá se organizar para cumprir sua função social (BOCK, FURTADO & TEIXEIRA, 1999, p. 248). O homem não é um ser “determinado” biologicamente e socialmente, mas sim, que recebe influência do meio externo o qual contribuirá de forma positiva ou negativa na construção de suas relações com o outro. As novas configurações familiares vêm alterando os padrões criados pela sociedade, como a família monogâmica que era considerada a mais adequada. Observa-se com a evolução da história que a família está em constante movimento de organização/reorganização e um dos fatores responsáveis é o contexto sócio-cultural em que ela está inserida (CARVALHO, 2005). Estas novas configurações familiares provocam muitas vezes preconceitos por parte daqueles que se mantêm no tradicionalismo, e prejulgam as barbáries da sociedade como decorrente destas novas configurações. Os pais são os modelos de sujeito que as crianças interiorizam, e tendem a repetir. Com isso, percebe-se a importância de um ambiente familiar estável para o bom desenvolvimento da criança. Em muitas situações, inexistindo a figura paterna no interior doméstico, esta pode tomar como referencial masculino os outros homens da comunidade, podendo ser incluídos aqueles que estão ligados ao tráfico de drogas e ao crime. Fato que pode elevar os índices de violência (CARDOSO; FÉRES-CARNEIRO & GIOVANETTI, 2009). A pesquisa se encontra na fase da construção do instrumento de coleta de dados (questionário) sendo o próximo passo a aplicação deste através do pré-teste. Na revisão bibliográfica constatou-se que a família desempenha um importante papel como primeiro setor social da criança; é ali que acontece a constituição de um sujeito e percebe-se a importância de modelos positivos para este, pois não é qualquer pessoa que pode servir de modelo, mas sim alguém que lhe traga algum significado, como seu pai ou sua mãe. Órgão de fomento: UNIJUI - PIBIC

¹ Subprojeto de pesquisa realizado pela bolsista PIBIC do curso de Graduação em Psicologia da Unijui



CT&I e SOCIEDADE

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV JORNADA DE PESQUISA
XI JORNADA DE EXTENSÃO

4 a 8 de OUTUBRO de 2010



² Aluna do Curso de Graduação em Psicologia da UNIJUI e bolsista PIBIC/UNIJUI, carolchitto@hotmail.com ou caroline.chitolina@unijui.edu.br

³ Professora Orientadora, Curso de Serviço Social – Mestre em Serviço Social, lislei@unijui.edu.br

⁴ Professora Colaboradora, Curso de Psicologia – Mestre em Educação nas Ciências, colombo@unijui.edu.br

⁵ Professora Colaboradora, Curso de Direito – Mestre em Direito, lurdesgrossmann@unijui.edu.br